



Convênio Nº 137

Processo nº 2200.01.0001591/2021-85

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA Nº 137 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA E A A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS UEMG.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 16.625.196-0001/40, com sede na Praça da Liberdade, s/nº, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-010, doravante denominado **IEPHA/MG**, neste ato representado por seu presidente Felipe Cardoso Vale Pires, e a **UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, autarquia estadual de regime especial, inscrita no CNPJ sob o nº 65.172.579/0001-15, com endereço à Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - ED. Minas - 8º ANDAR - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, doravante denominada **UEMG**, neste ato representada por sua Reitora, Lavínia Rosa Rodrigues,

**CONSIDERANDO** que o **IEPHA-MG** tem por finalidade proteger o patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais (art. 120, caput da Lei Delegada Estadual nº 180, de 20 de janeiro de 2011);

**CONSIDERANDO** que a **UEMG** tem por finalidade contribuir para a promoção do ensino, a pesquisa e a extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado, nos termos do art. 18 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Mineira de 1989 e da Lei Estadual nº 11.539, de 22 de julho de 1994;

**CONSIDERANDO** a atribuição do IEPHA-MG, prevista no decreto nº 47.921, de 22 de abril de 2020, de "promover a formação profissional em técnicas e competências demandadas para a modernização administrativa do setor público e para a implementação de políticas públicas, mediante a oferta de cursos regulares de graduação, pós-graduação, capacitação e treinamento e outros programas especiais"; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de desenvolver atividades conjuntas que visam proceder estudos para identificar e ampliar campos de atuação e promover o apoio às políticas públicas de Patrimônio Cultural do Estado, além de apoiar as ações a serem desenvolvidas no âmbito do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão e Projetos de Patrimônio Cultural,

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA**, sujeitando-se ao art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mediante as cláusulas e condições:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por finalidade estabelecer a integração de ações institucionais de pesquisa, formação e promoção do patrimônio cultural com o intuito de somar esforços e apoio institucional por meio do compartilhamento de informações e uso de recursos humanos e/ou materiais,

quando necessários, prestando subsídios à atuação do Estado na formulação e execução de políticas públicas e na realização de ações de desenvolvimento para o curso de pós-graduação lato sensu em Gestão e Projetos de Patrimônio Cultural.

1.2. A presente parceria fundamenta-se nas regras gerais estabelecidas no Plano de Trabalho contido no Anexo I, que passa a fazer parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição.

## **2. CLAUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICÍPES**

2.1. Compete ao IEPHA:

2.1.1. Executar os objetivos previstos no Termo de Cooperação e em conformidade com o estabelecido no Plano de Trabalho.

2.1.2. Prover orientação e suporte técnico necessário à execução das atividades do curso de especialização.

2.1.3. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades resultantes do presente Termo.

2.1.4. Prestar informações e esclarecimentos sobre as atividades relativas ao Instrumento, sempre que solicitado.

2.1.5. Disponibilizar as ferramentas existentes em sua estrutura organizacional.

2.1.6. Fornecer, de acordo com disponibilidade, recursos materiais necessários para a execução das finalidades previstas no Termo de Cooperação.

2.2. Compete à UEMG:

2.2.1. Executar os objetivos previstos no Termo de Cooperação e em conformidade com o estabelecido no Plano de Trabalho.

2.2.2. Prover coordenação, suporte logístico e infraestrutura necessária à execução das atividades do curso de especialização.

2.2.3. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades resultantes do presente Termo.

2.2.4. Fornecer, de acordo com a disponibilidade, recursos materiais necessários para a execução das finalidades previstas no Termo de Cooperação.

2.2.5. As partes realizarão, diante das possibilidades, eventos ou seminários voltados para o objeto do presente Termo.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS**

3.1. Este Instrumento não acarreta ônus financeiro às partes, motivo pelo qual não se consigna dotação orçamentária.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE**

4.1. Os vínculos jurídicos, financeiros ou de qualquer natureza assumidos singularmente por uma das partes são de sua exclusiva responsabilidade, não se comunicando a título de solidariedade ou subsidiariamente ao outro partícipe.

4.2. Cada partícipe será responsável por todos os custos referentes à participação neste Termo de Cooperação, bem como os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e de seguro de seus empregados e/ou servidores, não tendo nenhum partícipe, em relação ao outro, qualquer obrigação, exceto as pactuadas neste instrumento, inexistindo solidariedade ou subsidiariedade dentre os partícipes no que se refere a este parágrafo, persistindo, pois, com relação à obrigação constante do objeto do presente Instrumento.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

5.1. O presente Termo terá vigência de 04 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado, mediante assentimento das partes, sempre através de Termo Aditivo.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO**

6.1. O presente instrumento poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, que deverá ser

solicitado com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, mediante justificativa circunstanciada e proposta a ser aceita mutuamente pelos partícipes, observadas as normas legais vigentes sobre a matéria, vedada modificação ou alteração de seu objeto.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO**

7.1. Os partícipes designam os seguintes representantes para, juntos, fazerem o acompanhamento, controle e fiscalização da execução deste TERMO DE COOPERAÇÃO, a saber:

Pelo IEPHA/MG: titular Luis Gustavo Molinari Mundim - Diretor de Promoção, MASP 1129864-3, e Daniele Gomes Ferreira - Gerente de Monitoramento e Avaliação, MASP: 1226939-5.

Pela UEMG: Mário Gomes Ferreira, MASP 1188638-9, coordenador, e Alyson da Silveira Borges - Técnico Administrativo, MASP 1398341-6, fiscal.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

8.1. Os partícipes poderão denunciar este Termo, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita ao outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, bem como rescindi-lo no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições, sem prejuízo do trâmite regular dos trabalhos em curso na vigência deste instrumento.

#### **9. CLÁUSULA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

9.1. Os partícipes, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Convênio em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO**

10.1. O presente Termo será publicado pelo IEPHA/MG no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em atendimento ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Os casos omissos serão resolvidos mediante acordo entre os partícipes, tendo a Advocacia-Geral do Estado – AGE como Órgão conciliador imparcial, com vistas a dirimir possíveis desentendimentos entre as partes, fulcro na Lei Estadual nº 23.172/2018.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1. Os partícipes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir as questões oriundas deste Termo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

**Felipe Cardoso Vale Pires**

Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

**Lavínia Rosa Rodrigues**

Reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Magda Lúcia Chamon, Pró-Reitor(a)**, em 16/11/2021, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Cardoso Vale Pires, Presidente(a)**, em 17/11/2021, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Raoni Bonato da Rocha, Chefe de Gabinete**, em 17/11/2021, às 22:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Lavínia Rosa Rodrigues, Reitor(a)**, em 18/11/2021, às 00:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37495878** e o código CRC **B62177BA**.

---